Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL

Rosemeire de Araujo Fonseca[1]

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre a crescente valorização dos resultados quantitativos na educação e suas implicações para a formação humana. Em um cenário marcado pela expansão das avaliações externas, pela padronização curricular e pela exigência de indicadores de desempenho, a escola enfrenta o desafio de conciliar suas responsabilidades pedagógicas com sua função social. O estudo discute como a centralidade atribuída às metas e aos índices educacionais pode contribuir para uma concepção instrumental do ensino, na qual a aprendizagem passa a ser compreendida predominantemente como um produto mensurável. Fundamentado em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e reflexivo, o artigo estabelece um diálogo com as contribuições de Paulo Freire, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo e Miguel Arroyo, destacando a importância de uma educação comprometida com o desenvolvimento intelectual, ético, cultural e social dos estudantes. Argumenta-se que os processos avaliativos são necessários à organização e ao aperfeiçoamento das práticas escolares, mas não devem assumir uma posição de superioridade em relação às experiências, às singularidades e às necessidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Conclui-se que a qualidade da educação não pode ser reduzida à obtenção de resultados estatísticos, sendo necessário recuperar a dimensão humanizadora da escola e reconhecer o conhecimento como instrumento de emancipação e participação social.

Palavras-chave: Educação. Formação humana. Avaliação educacional. Prática pedagógica. Qualidade do ensino.

1. INTRODUÇÃO

A educação contemporânea encontra-se atravessada por uma contradição que merece atenção: quanto mais se ampliam os mecanismos destinados a medir a aprendizagem, maior parece ser a dificuldade de compreender a complexidade dos processos que efetivamente a constituem. A escola, historicamente concebida como espaço de produção, transmissão e reconstrução de conhecimentos, passa a conviver com exigências administrativas e institucionais que frequentemente subordinam suas práticas à demonstração de resultados.

Avaliações externas, indicadores de desempenho, metas de aprendizagem e sistemas de monitoramento integram o cotidiano das redes de ensino. Esses instrumentos podem contribuir para identificar dificuldades, orientar investimentos e subsidiar políticas públicas. Entretanto, quando utilizados como referências predominantes para definir a qualidade educacional, apresentam o risco de reduzir a experiência escolar àquilo que pode ser quantificado.

O problema não reside necessariamente na existência de avaliações, mas na possibilidade de transformá-las em finalidade do processo educativo. Quando o desempenho estatístico se torna o principal parâmetro de sucesso, outras dimensões fundamentais da formação podem ser secundarizadas, entre elas a criatividade, a autonomia intelectual, a convivência democrática, a sensibilidade estética e a capacidade de interpretação crítica da realidade.

Nesse contexto, torna-se pertinente questionar o significado atribuído à expressão qualidade da educação. Uma escola que apresenta bons resultados em avaliações padronizadas é necessariamente uma escola que promove uma formação integral? O desenvolvimento humano pode ser adequadamente representado por indicadores numéricos? Quais conhecimentos, experiências e relações permanecem invisíveis quando a aprendizagem é analisada exclusivamente por meio de resultados?

O presente artigo tem como objetivo discutir os limites de uma concepção de educação orientada predominantemente pela produtividade e defender a necessidade de compreender a escola como espaço de formação humana, produção de conhecimentos e construção de possibilidades de transformação social.

1 Graduada em Pedagogia, Licenciatura em História, Pós-graduada em Psicopedagogia com contexto inclusivo e Psicopedagogia Clínica, atua como Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental l na Prefeitura de São Paulo, SME, PMSP.
rosemeire.8207216@edu.sme.prefeitura.sp.gov.br

A reflexão desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise teórica, mobilizando contribuições de autores que compreendem a educação como prática social, histórica e política.

2. A LÓGICA DOS RESULTADOS E A TRANSFORMAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR

Nas últimas décadas, os sistemas educacionais passaram a atribuir crescente importância aos mecanismos de avaliação institucional e de monitoramento da aprendizagem. No Brasil, instrumentos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) integram as políticas de acompanhamento da qualidade da educação.

Esses mecanismos desempenham funções relevantes, especialmente ao permitir a identificação de desigualdades educacionais e a análise de tendências relacionadas ao desempenho dos estudantes. Contudo, sua utilização exige uma interpretação cuidadosa, pois os resultados obtidos não conseguem representar integralmente as condições em que o trabalho pedagógico se desenvolve.

O desempenho escolar é influenciado por fatores diversos, entre os quais se encontram as condições socioeconômicas das famílias, a infraestrutura das unidades educacionais, o acesso a bens culturais, a formação dos profissionais e as experiências anteriores dos estudantes. Desconsiderar essas variáveis significa correr o risco de atribuir exclusivamente à escola e aos professores responsabilidades que ultrapassam os limites de sua atuação.

Outra questão importante refere-se à possibilidade de reorganização das práticas pedagógicas em função das avaliações. Quando os resultados passam a determinar prioridades institucionais de maneira excessiva, o currículo pode ser progressivamente direcionado aos conteúdos cobrados nos exames, restringindo experiências que não apresentam correspondência imediata com os indicadores.

Nesse processo, atividades artísticas, projetos culturais, debates filosóficos, práticas de investigação e experiências comunitárias podem perder espaço diante da necessidade de demonstrar avanços mensuráveis.

A escola corre, assim, o risco de se transformar em um ambiente orientado pela preparação para provas, em vez de constituir um espaço dedicado à apropriação crítica e significativa dos conhecimentos.

Essa tendência aproxima determinadas práticas educacionais de uma lógica produtivista, na qual o estudante é compreendido a partir de seu desempenho e o professor passa a ser avaliado predominantemente pelos resultados apresentados.

Tal perspectiva merece ser problematizada porque ensinar não equivale simplesmente a produzir resultados imediatos. O conhecimento exige tempo, elaboração, experimentação, dúvidas e reorganização de conceitos. Nem todos esses movimentos podem ser observados ou mensurados por instrumentos padronizados.

Reconhecer os limites da avaliação quantitativa, portanto, não significa rejeitá-la, mas compreender que sua função deve ser subsidiária ao processo pedagógico, e não determinante de sua finalidade.

3. A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

A compreensão da educação como formação humana encontra sustentação em diferentes tradições do pensamento pedagógico.

Paulo Freire (1996), ao defender uma prática educativa fundamentada na autonomia e na reflexão crítica, destaca que ensinar não consiste em uma atividade mecânica de transferência de conteúdos. O processo educativo envolve sujeitos que interpretam o mundo, constroem conhecimentos e participam ativamente de sua própria formação.

Nessa perspectiva, a escola não pode limitar sua atuação à preparação dos estudantes para responder corretamente a questões previamente estabelecidas. Sua responsabilidade inclui proporcionar condições para que eles desenvolvam a capacidade de formular perguntas, estabelecer relações, reconhecer contradições e compreender os processos sociais dos quais participam.

A formação humana pressupõe, portanto, uma experiência educacional que ultrapasse a aquisição instrumental de habilidades.

Isso não significa desconsiderar a importância dos conhecimentos científicos, linguísticos e matemáticos. Pelo contrário, o domínio desses conhecimentos constitui condição fundamental para a participação social e para o exercício da autonomia intelectual.

Saviani (2011) ressalta a importância da escola na socialização do conhecimento sistematizado, compreendendo a educação escolar como elemento essencial para que os indivíduos tenham acesso às produções culturais historicamente elaboradas pela humanidade.

A contribuição desse pensamento permite superar uma falsa oposição entre formação humana e aprendizagem de conteúdos. Uma educação humanizadora não prescinde do conhecimento; ela o reconhece como instrumento indispensável para compreender e transformar a realidade.

A escola que promove a formação integral não é aquela que substitui o ensino por atividades desprovidas de fundamentação, mas aquela que

articula o conhecimento científico às experiências sociais, culturais e históricas dos estudantes.

Libâneo (2013), ao discutir a organização do trabalho didático, também contribui para a compreensão de que o ensino exige intencionalidade, planejamento e articulação entre objetivos, conteúdos e métodos.

Dessa forma, a defesa de uma educação humanizadora não implica ausência de rigor pedagógico. Ao contrário, pressupõe compromisso com a qualidade do ensino, com a organização das experiências educativas e com a garantia do direito à aprendizagem.

O que se questiona é a redução da qualidade educacional a indicadores que, embora úteis, não conseguem expressar a totalidade dos processos formativos.

4. O ESTUDANTE PARA ALÉM DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Um dos principais riscos de uma educação excessivamente orientada por resultados consiste na tendência de compreender os estudantes a partir de classificações.

Notas, médias, percentuais de aproveitamento e níveis de proficiência constituem instrumentos de representação de determinados aspectos da aprendizagem. Entretanto, nenhum desses registros consegue expressar plenamente a trajetória de um sujeito.

Cada estudante chega à escola com experiências, conhecimentos, expectativas e condições de vida particulares. Alguns encontram ambientes familiares favoráveis ao desenvolvimento escolar; outros enfrentam situações de vulnerabilidade social, dificuldades de acesso à cultura escrita, insegurança alimentar ou responsabilidades familiares incompatíveis com sua faixa etária.

Essas diferenças não podem ser ignoradas quando se analisam os processos de aprendizagem.

Arroyo (2012), ao discutir os sujeitos da educação e suas experiências sociais, contribui para uma compreensão pedagógica que reconhece a diversidade das trajetórias humanas e questiona práticas institucionais que desconsideram as condições concretas de existência dos educandos.

A escola precisa reconhecer que os estudantes não constituem uma população homogênea, organizada exclusivamente por idades, séries e expectativas de desempenho.

O desenvolvimento educacional ocorre em ritmos distintos e envolve dimensões cognitivas, afetivas, culturais e sociais que se relacionam permanentemente.

Um estudante que apresenta dificuldades em determinada habilidade pode demonstrar competências relevantes em outras experiências, como na produção artística, na resolução de problemas cotidianos, na expressão oral ou na participação em atividades coletivas.

Essas manifestações não substituem a necessidade de garantir a aprendizagem dos conhecimentos curriculares, mas revelam que a formação humana não se esgota nos instrumentos tradicionais de avaliação.

Nesse sentido, a escola precisa desenvolver práticas capazes de identificar dificuldades sem transformar diferenças em mecanismos de exclusão.

Avaliar deve significar compreender percursos, reconhecer necessidades e reorganizar estratégias pedagógicas. Quando a avaliação assume caráter predominantemente classificatório, sua capacidade de contribuir para a aprendizagem tende a ser reduzida.

A função educativa da avaliação encontra-se justamente na possibilidade de produzir informações que permitam melhorar o ensino e ampliar as oportunidades de aprendizagem.

5. O TRABALHO DOCENTE ENTRE A AUTONOMIA E A BUROCRATIZAÇÃO

A valorização crescente dos resultados educacionais também produz consequências para o trabalho dos professores.

A docência constitui uma atividade intelectual que exige formação, planejamento, domínio de conhecimentos específicos e capacidade de interpretar situações complexas. Entretanto, em determinados contextos institucionais, o exercício profissional passa a ser acompanhado por uma quantidade crescente de registros administrativos, relatórios, plataformas de acompanhamento e procedimentos de prestação de contas.

Embora parte desses mecanismos seja necessária à gestão educacional, seu excesso pode comprometer o tempo destinado à preparação das aulas, à análise das dificuldades de aprendizagem e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

O professor passa a enfrentar uma contradição: precisa demonstrar continuamente que está ensinando, enquanto dispõe de menos tempo para refletir sobre o próprio ensino.

Essa situação revela a necessidade de distinguir acompanhamento pedagógico de controle burocrático.

A organização do trabalho escolar exige registros, planejamento e avaliação. Entretanto, tais procedimentos precisam contribuir efetivamente para o desenvolvimento das práticas educativas.

Quando a documentação se torna uma finalidade independente, corre-se o risco de produzir uma aparência de organização que não corresponde necessariamente à qualidade da experiência pedagógica.

Freire (1996) reconhece a reflexão crítica sobre a prática como elemento fundamental da formação docente. Essa perspectiva pressupõe que o professor disponha de condições para examinar suas escolhas metodológicas, compreender as necessidades dos estudantes e reconstruir suas estratégias de ensino.

A autonomia pedagógica, portanto, não pode ser confundida com ausência de responsabilidade institucional. Trata-se da possibilidade de exercer a docência de maneira fundamentada, crítica e comprometida com os objetivos educacionais.

Para isso, tornam-se necessárias políticas de valorização profissional que contemplem condições adequadas de trabalho, formação continuada, tempo para planejamento e participação efetiva nas decisões escolares.

Não é razoável exigir práticas educativas criativas e reflexivas em ambientes que reduzem a atuação docente ao cumprimento mecânico de procedimentos.

6. QUALIDADE EDUCACIONAL E COMPROMISSO SOCIAL

A discussão sobre a qualidade da educação exige uma análise que considere tanto os resultados de aprendizagem quanto as condições sociais e institucionais em que são produzidos.

Uma educação de qualidade precisa assegurar que os estudantes desenvolvam conhecimentos fundamentais, ampliem suas capacidades intelectuais e encontrem oportunidades reais de participação na vida social.

Entretanto, essas finalidades não podem ser alcançadas exclusivamente pela definição de metas.

A melhoria dos resultados educacionais depende de investimentos estruturais, valorização profissional, políticas de permanência escolar, recursos pedagógicos adequados e enfrentamento das desigualdades que atravessam a sociedade.

Em contextos marcados por profundas diferenças socioeconômicas, exigir desempenhos semelhantes sem considerar as condições de aprendizagem pode contribuir para a reprodução das desigualdades.

A igualdade de direitos educacionais não significa tratar todas as situações como se fossem idênticas. Significa reconhecer necessidades distintas e desenvolver estratégias capazes de garantir oportunidades efetivas de aprendizagem.

A escola pública assume, nesse cenário, uma responsabilidade particularmente relevante.

Para muitos estudantes, ela constitui um dos principais espaços de acesso à literatura, às artes, às ciências, às tecnologias e às experiências culturais coletivas.

Reduzir sua função à obtenção de resultados numéricos significa desconsiderar uma dimensão essencial de sua existência: a possibilidade de ampliar horizontes e oferecer experiências que ultrapassem as condições imediatas de vida dos estudantes.

É importante reconhecer, entretanto, que a defesa da formação humana não pode servir de justificativa para relativizar o direito à aprendizagem. Uma escola acolhedora, participativa e culturalmente ativa precisa também garantir que seus estudantes aprendam a ler, escrever, interpretar, argumentar e desenvolver conhecimentos científicos.

O desafio consiste em superar a oposição artificial entre aprendizagem e humanização.

O conhecimento é parte constitutiva da formação humana. O problema surge quando sua apropriação passa a ser confundida com a simples demonstração de desempenho em instrumentos avaliativos.

7. CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA MAIS HUMANIZADORA

A construção de uma educação comprometida com a formação integral exige a reorganização de determinadas prioridades institucionais.

O primeiro aspecto refere-se à necessidade de compreender a avaliação como processo contínuo de investigação pedagógica. Os resultados devem contribuir para identificar dificuldades, orientar intervenções e ampliar as possibilidades de aprendizagem, evitando sua utilização como instrumento exclusivo de classificação ou comparação.

Outro elemento fundamental consiste na valorização de experiências interdisciplinares que permitam aos estudantes estabelecer relações entre os diferentes campos do conhecimento.

A fragmentação excessiva dos conteúdos pode dificultar a compreensão de problemas sociais, científicos e culturais que, na realidade, apresentam múltiplas dimensões.

Projetos de leitura, produção textual, investigação científica, educação ambiental, práticas artísticas e participação comunitária constituem possibilidades de ampliar as experiências formativas, desde que estejam articulados a objetivos pedagógicos consistentes.

A participação dos estudantes nas decisões relacionadas ao cotidiano escolar também merece atenção. A convivência democrática não se aprende exclusivamente por meio de discursos sobre cidadania, mas pela experiência concreta de diálogo, responsabilidade e reconhecimento do outro.

Da mesma maneira, a formação continuada dos professores precisa ultrapassar a transmissão de orientações administrativas e proporcionar espaços efetivos de estudo, reflexão e produção coletiva de conhecimentos pedagógicos.

As equipes gestoras desempenham papel importante nesse processo ao favorecer ambientes institucionais que valorizem o planejamento colaborativo, a escuta e a análise crítica das práticas escolares.

Outro aspecto indispensável diz respeito à articulação entre escola, famílias e comunidade.

A educação não ocorre isoladamente das relações sociais. Reconhecer os conhecimentos presentes nos territórios e estabelecer vínculos com diferentes manifestações culturais contribui para tornar a experiência escolar mais significativa.

Entretanto, essa aproximação não deve representar o abandono dos conhecimentos sistematizados. A função da escola consiste também em ampliar o repertório cultural dos estudantes, oferecendo acesso a experiências e saberes que não estão necessariamente disponíveis em seus contextos cotidianos.

Uma prática pedagógica humanizadora, portanto, precisa combinar acolhimento e exigência intelectual, participação e responsabilidade, sensibilidade social e compromisso com o conhecimento.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente presença de indicadores, avaliações e metas nos sistemas educacionais revela uma preocupação legítima com o acompanhamento da aprendizagem e com a qualidade do ensino. Entretanto, a centralidade excessiva atribuída aos resultados quantitativos pode contribuir para o empobrecimento da compreensão sobre a função social da escola.

A educação constitui um processo complexo, marcado por relações humanas, experiências culturais, condições históricas e trajetórias individuais que não podem ser integralmente traduzidas em números.

O reconhecimento dessa complexidade não implica rejeitar os instrumentos avaliativos, mas estabelecer seus limites e compreender sua função no interior de um projeto pedagógico mais amplo.

Uma escola comprometida com a formação humana precisa garantir o acesso ao conhecimento sistematizado, desenvolver a autonomia intelectual, promover experiências culturais e contribuir para a construção de relações sociais fundamentadas no respeito e na participação democrática.

Para alcançar esses objetivos, torna-se necessário reconhecer os estudantes como sujeitos históricos, valorizar o trabalho docente e enfrentar as desigualdades que interferem nas oportunidades de aprendizagem.

A qualidade educacional deve ser compreendida, portanto, como resultado de um conjunto de condições e práticas que envolvem aprendizagem, permanência, participação, formação cultural e desenvolvimento humano.

O êxito de uma instituição escolar não pode ser definido exclusivamente pela quantidade de estudantes que alcançam determinadas metas, mas também pela capacidade de oferecer condições para que cada sujeito amplie sua compreensão do mundo e suas possibilidades de atuação na sociedade.

Em última análise, a escola precisa produzir conhecimento sem transformar pessoas em produtos.

Afinal, educar não significa apenas preparar indivíduos para responder às perguntas que lhes são apresentadas. Significa também desenvolver a capacidade de questionar as próprias perguntas, compreender suas origens e reconhecer que a realidade pode ser interpretada, discutida e transformada.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO